



O impacto da lei 5692/71 no Colégio Pedro II

Bruno Peres Lima¹
Adjovanes Thadeu Silva de Almeida²

Resumo: Este artigo analisa o impacto da lei nº 5.692/1971 nas atividades pedagógicas do Colégio Pedro II, além de comparar o planejamento da implantação das Habilitações Básicas com as ações efetivamente realizadas nesta instituição. Usando como referenciais teóricos principais NEVES e PRONKO (2008), ARAPIRACA (1979) e SANTOS (2018). A implantação das habilitações técnicas deu-se de modo improvisado, situação agravada pela conjuntura política do período. Sua implantação em uma instituição tradicionalmente voltada para o ensino propedêutico provocou reações, ao mesmo tempo em que o Colégio precisou se adaptar às novas determinações legais. Em termos metodológicos, o texto foi estruturado a partir do método historiográfico descritivo-analítico, identificando as ações realizadas no campo da educação profissionalizante, no âmbito do Colégio Pedro II ao longo da década de 1970, em articulação com a base teórica consolidada no campo dos estudos de história da educação profissionalizante no Brasil. Documentos do MEC publicados na década de 1970 detalhavam a progressiva implantação das Habilitações Básicas no Colégio Pedro II. Posteriormente, a mudança da Direção Geral, em 1979, e a extinção do caráter obrigatório da profissionalização (lei nº 7.044/1982) levaram à descontinuidade do Programa.

115

Palavras-chave: Educação Profissionalizante. Colégio Pedro II. Políticas Públicas em Educação.

The impact of law 5692/71 at Colégio Pedro II

Abstract: This article analyzes the impact of law nº 5.692 / 1971 on the pedagogical activities of Colégio Pedro II, in addition to comparing the planning of the implementation of Basic Qualifications with the actions effectively carried out in this institution. Using as main theoretical references NEVES and PRONKO (2008), ARAPIRACA (1979) and SANTOS (2018). The implementation of technical qualifications took place in an improvised way, a situation aggravated by the political situation of the period. Its implantation in an institution traditionally focused on propaedeutic education provoked reactions, at the same time that the College needed to adapt to the new legal determinations. MEC documents published in the 1970s detailed the progressive implementation of Basic Qualifications at Colégio Pedro II. Subsequently, the change of the General Directorate, in 1979, and the extinction of the mandatory character of professionalization (Law No. 7,044 / 1982) led to the discontinuity of the Program.

Keywords: Vocational Education. Colégio Pedro II. Public Policies in Education.

¹ Mestrando do PROFEPT/Colégio Pedro II.

² Professor titular do Colégio Pedro II; atualmente, sou o coordenador-geral do departamento de História (2018-2021); desde 2019 sou professor permanente do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em rede nacional (PROFEPT). Graduado em História (UERJ), mestre em Educação (PROPED/UERJ) e doutor em História Social (PPGHIS/UFRJ).



INTRODUÇÃO

Em 1971, o governo Médici aprovou uma expressiva modificação na legislação educacional brasileira: a lei nº 5.692, promulgada em 11 de agosto de 1971, tornou o Ensino Profissionalizante obrigatório para os alunos do Ensino Médio – à época, denominado 2º grau.

Em termos conjunturais, o Brasil vivia seu “milagre econômico”, com industrialização acelerada e necessidade de ampliação de mão-de-obra com formação técnica – o que legitimava a alteração legislativa proposta pelo MEC (à época, sob o comando do coronel Jarbas Passarinho). Ao mesmo tempo, o regime político vigente no início da década de 1970 impossibilitava a realização de debates e momentos de participação popular na elaboração e implantação dessa nova lei.

Poucos meses se passaram entre a apresentação do anteprojeto e a promulgação da lei nº 5.692. O anteprojeto foi redigido em dois meses por um grupo de nove especialistas nomeados pelo governo. Após chegar ao Congresso Nacional, o projeto foi analisado durante 40 dias por uma comissão mista formada por 18 parlamentares da ARENA, partido de apoio ao governo, e apenas 4 do MDB, partido de oposição (BELTRÃO, s/d). A discussão e votação se deram no mesmo dia. Essa rápida tramitação, com oposição quase nula, indica a forma como tal legislação foi praticamente imposta. Por trás de um processo legislativo que buscava dar uma aparência de legalidade estava a imposição de uma ação do governo que se deu sem participação da sociedade.

116

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A lei 5692/71 inseria-se em um movimento mais amplo, com a adesão do governo brasileiro aos “acordos MEC-USAID”, estabelecidos a partir do final da década de 1960 e que pretendiam reconfigurar a educação nacional, adaptando-a aos preceitos da “Teoria do Capital Humano”.



De acordo com a mensagem do Ministério da Educação, enviada juntamente com o projeto de lei, a reforma proposta implicava “abandonar o ensino verbalístico e academizante para partir, vigorosamente, para um sistema educativo de 1º e 2º grau voltado às necessidades do desenvolvimento” (BELTRÃO, s/d). Tratava-se de uma forma de reduzir a quantidade de candidatos ao Ensino Superior e formar, em curto espaço de tempo, trabalhadores para atender à demanda de mão-de-obra provocada pelo crescimento econômico daquela época, além de solucionar a questão dos “excedentes” – isto é, dos egressos do Ensino Secundário que não obtinham vaga no Ensino Superior (cf. ARAPIRACA, 1979). Com efeito, a partir de então a conclusão do 2º grau significava a inserção deste jovem indivíduo no mercado de trabalho; entrar no Ensino Superior significaria lograr êxito na concorrência das vagas ofertadas pelo Estado e, crescentemente, pela iniciativa privada, por meio dos vestibulares.

A imposição do Ensino Profissionalizante nas instituições de ensino de 2º grau, em curto espaço de tempo para adaptação de currículos, estrutura física e corpo docente, resultou em uma implantação improvisada das habilitações técnicas em escolas que ofereciam somente o ensino propedêutico.

O Colégio Pedro II já possuía uma história centenária e tradicional na formação generalista, mas com pouca tradição no Ensino Profissionalizante. A partir da lei 5692/71, a instituição precisou se adaptar, com urgência, às obrigações impostas pelo novo diploma legal, através de um programa de implantação das “Habilitações Básicas”, em parceria com instituições com maior experiência na educação profissionalizante, como o Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ), que iria ceder ao Colégio Pedro II professores especializados e colaborar na elaboração dos programas de ensino.

Para situar a conjuntura do Colégio Pedro II no início da década de 1970, é necessária a realização de uma introdução histórica. O Colégio Pedro II existe desde 02 de dezembro de 1837, apesar de suas origens remontarem a 1739, ano de instituição do Colégio dos Órfãos de São Pedro, transformado em 1766



no Seminário de São Joaquim. Essas instituições ofereciam formação profissional para seus alunos.

Durante as primeiras décadas de sua existência, o Colégio Pedro II manteve currículos voltados para as Ciências Humanas, disponibilizando grande carga horária para História, Geografia, Retórica e Poética, Filosofia e idiomas Português, Latim, Grego, Francês e Inglês. Matérias como Matemática, História Natural (envolvendo Botânica, Zoologia e Mineralogia) e Ciências Físicas também faziam parte da grade curricular do aluno do CP II, porém com menor quantidade de aulas. O aluno do CP II tradicionalmente seguia seus estudos em Instituições de Ensino Superior do Brasil ou da Europa, mantendo no Colégio a vocação em formar a elite intelectual dentro de um projeto de Nação imaginado na segunda metade do século XIX. Dentro desse projeto, a educação era um privilégio dirigido às classes dominantes em termos financeiros. Ainda assim, o Colégio Pedro II separava algumas vagas para crianças de origem humilde.

118

As alterações de regime político do Brasil pouco alteraram o perfil do Colégio Pedro II. A instituição sofreu algumas alterações de nome nos primeiros anos da República: “Instituto Nacional de Instrução Secundária”, em 1889; “Ginásio Nacional”, em 1890; “Externato Nacional Pedro II” e “Internato Nacional Bernardo Pereira de Vasconcelos”, em 1909.ⁱ A instituição voltou a se chamar Colégio Pedro II em 1911. Nesse período, os currículos mantiveram sua vocação para as Humanidades.

Existe grande produção acadêmica acerca do Colégio Pedro II. Entretanto, há pouca produção específica sobre o ensino profissionalizante na Instituição, o que ajuda a indicar a menor participação dessa modalidade de ensino na longa História do Colégio.

Teóricos da Educação costumam analisar e discutir a dicotomia entre humanismo e tecnicismo. A educação humanista é integral, busca a formação do indivíduo por completo em seu senso crítico, sendo apto a tomar decisões e exercer atividades de liderança. Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio tratam dessa questão:

A finalidade educacional inscrita nesse humanismo respondia por uma formação moral e cultural de caráter elitista, que remontava tanto à cultura clássica antiga quanto ao humanismo renascentista, que a “modernizou”. No



Brasil, essa tradição esteve claramente representada nos programas de ensino do Colégio Pedro II, principal educandário das elites brasileiras durante o século XIX e parte do XX. O regime republicano, nascido sob a marca do positivismo, instituindo “ordem e progresso” como lema, iniciou um redimensionamento do papel das Ciências Naturais no ensino do país, rompendo com a tradição “bacharelesca”, na promessa de introduzir na escola secundária os conhecimentos voltados para a solução de problemas práticos, que levassem a superar o nosso “atraso”, como se dizia (MEC, 2000, p. 6).

Por outro lado, a formação tecnicista oferecia apenas o pouco necessário para que o aluno pudesse realizar tarefas que demandem pouco esforço intelectual, sendo desvalorizadas e repetitivas, além de cercear a autonomia dessa pessoa em seu trabalho, subordinando-se àqueles formados no Ensino Superior e que, majoritariamente, tiveram acesso à formação humanista descrita anteriormente, oferecida em instituições de ensino assemelhadas ao Colégio Pedro II.

Lúcia Maria Wanderley Neves e Marcela Alejandra Pronko situam historicamente o momento em que a nova legislação referente ao Ensino Médio passou a vigorar, descrevendo a grande alteração da forma como as políticas de educação profissionalizante foram desenvolvidas no Brasil, a partir da promulgação da Lei 5.692/1971, diferenciando o acesso à educação entre a burguesia e as classes menos favorecidas (NEVES, PRONKO, 2008).

119

O Colégio Pedro II iniciava, em 1972, o seu 135º ano de existência, quando iniciou a implantação do ensino profissionalizante. Na época, o Diretor Geral nomeado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) era o Professor Wandick Londres da Nóbrega, entusiasta do regime político que entrou em vigor a partir de 1964. O início da década de 1970 foi marcado pela ocorrência de casos de alunos que faziam parte do movimento estudantil e foram presos, torturados e mortos, além de professores aposentados compulsoriamente. Pesquisas que tratam do Colégio Pedro II nessa época indicam a existência de um ambiente de patrulha ideológica e de submissão, por parte da cúpula da Instituição, ao governo vigente. De acordo com Licia Maciel Hauer:

a vigilância se exerceu no cotidiano do Colégio [Pedro II], com denúncias de subversão e com perseguições políticas a alunos e servidores. Em várias ocasiões, era o próprio Diretor Geral ou os diretores das Unidades que comunicavam à polícia política ou denunciavam, através de boletins



informativos, os alunos, ex-alunos e servidores do Colégio que estavam envolvidos em ações supostamente subversivas (HAUER, 2007, p. 72).

Em meio à conjuntura política vigente, as alterações na estrutura e nos currículos do Colégio Pedro II foram implantadas sem maiores debates, desconsiderando opiniões opostas às políticas oficiais. Com a imposição legal trazida pela lei 5.692/71, coube ao CPIL se adaptar de forma apressada e precária à implantação do ensino profissionalizante. Todas as outras instituições de ensino voltadas para o 2º grau viveram situações de improviso semelhantes na adaptação de seus currículos e de suas estruturas físicas aos novos cursos que se tornariam obrigatórios.

De acordo com sua proposta oficial, o Colégio Pedro II demonstraria sua abertura às renovações, sendo uma das primeiras instituições de ensino a se adaptar à nova legislação de ensino, logo após a entrada em vigor da Lei 5.692/71.

As primeiras modalidades de educação profissionalizante a serem oferecidas eram: Técnico em Mecânica, Técnico em Contabilidade, Tradutor-Intérprete e Laboratorista de Análises Clínicas. Cerca de 40 anos depois, o ex-Diretor Geral do Colégio Pedro II, Professor Wilson Choeri, analisou de forma crítica o improviso e a pressa em que se deu a implantação desses cursos:

No aspecto teórico a equipe de professores designada realizou trabalho bem ajustado à lei, mas sem adequabilidade à realidade material e de recursos humanos do Colégio. (...) O número de técnicos de laboratórios de análises clínicas “produzido” daria para atender a demanda do Brasil, da América do Sul e até mesmo dos Estados Unidos. Acrescente-se que nossos laboratórios, quer de química, biologia e física estavam precariamente capacitados e montados para atender ao que se projetava (CHOERI, 2013, p. 32).

Já no início de 1973, após a conclusão do primeiro ano de aulas profissionalizantes no Colégio Pedro II, os alunos do 1º e do 2º ano do 2º grau demonstravam, na medida do possível em épocas de pouca participação estudantil, os problemas do ensino que estavam recebendo: os conteúdos das disciplinas profissionalizantes não estavam sendo ministrados; as aulas da Escola Técnica não eram suficientes para se considerarem aptos ao exercício de uma profissão e, ainda, solicitaram que fossem ministradas matérias básicas



para os diversos cursos superiores (HAUER, 2007, p. 51). Tais problemas foram comunicados pela Direção Geral do Colégio Pedro II ao Ministro da Educação através de ofício enviado ao MEC.

Em função das dificuldades de implementação da educação profissionalizante nas instituições de ensino, o Governo Federal elaborou o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino (PREMEN), que ofereceria ajuda financeira e estrutural na implantação de escolas profissionalizantes. O Colégio Pedro II firma acordo com o PREMEN em 1976, recebendo o auxílio da equipe do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ), instituição de referência tradicionalmente voltada para a formação profissionalizante. O projeto demandou a produção de documentos e a realização de reuniões de estudo entre as cúpulas do CPII e do CEFET, resultando em projetos detalhados visando a progressiva implantação das Habilitações Básicas no Colégio Pedro II entre 1977 e 1983, ano em que todos os alunos do CPII receberiam formação profissional. Nessa fase, foram oferecidas as habilitações profissionais de Técnico em Edificações, Técnico em Eletrônica, Laboratorista de Análises Clínicas, Desenhista de Construção, Tradutor e Intérprete, e Contabilidade. Lúcia Maria Wanderley Neves e Marcela Alejandra Pronko chamam atenção para a importância das escolas técnicas federais na implantação do ensino profissionalizante obrigatório para os alunos do 2º grau, citando o CEFET do Rio de Janeiro como uma dessas instituições capazes de ministrar aulas de ensino técnico e superior (NEVES, PRONKO, 2008, p. 47). As características do ensino oferecido pelo CEFET atendiam às necessidades do Colégio Pedro II, tornando necessário esse acordo entre as duas instituições.

A apresentação do “Plano Global de Implantação Progressiva das Habilitações Básicas no Colégio Pedro II”, publicado em 1977 é mais um documento a registrar a tradição humanista do CPII e a introdução do ensino profissionalizante nessa Instituição:

O Colégio Pedro II, fiel às suas tradições humanistas, jamais deixou de elaborar os seus currículos considerando a formação global e integral dos jovens que o frequentam.



Por isso e para que não seja acoimada de retrógrada, a Congregação do Colégio Pedro II tudo fez, desde a primeira hora, para que o Ensino Profissionalizante nele fosse implantado logo no ano letivo seguinte à vigência da Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971 (MEC, 1977, p. 17).

A obra “Memória Histórica do Colégio Pedro II: 180 Anos de História na Educação no Brasil” registra a tentativa de implantação das habilitações básicas, assim como a preocupação com as implicações desta profunda modificação, destacando as críticas da Congregação (órgão colegiado máximo) à adoção apressada do ensino profissionalizante, visto que não existiam, à época dessa alteração educacional, nem os equipamentos adequados ou os professores habilitados em quantidade suficiente (cf. SANTOS, 2018, p. 97).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente artigo estruturou-se a partir do método historiográfico descritivo-analítico, apresentando as ações empreendidas no campo da educação profissionalizante, dentro do Colégio Pedro II, durante a década de 1970, em articulação com a base teórica consolidada no campo dos estudos de história da educação profissionalizante no Brasil. Tratando-se de uma pesquisa historiográfica, levando-se em consideração o recorte temporal utilizado, o trabalho utiliza diversas fontes produzidas no momento em que as ações descritas e analisadas nessa pesquisa ainda estavam em andamento, como periódicos e documentos internos produzidos pelo Colégio Pedro II e pelo Ministério da Educação.

A década de 1970 corresponde a um período importante na trajetória da educação profissionalizante no Brasil. No início da década, a entrada em vigor da Lei nº 5.692/1971 introduz a obrigatoriedade da profissionalização para os alunos do 2º grau. O Colégio Pedro II acompanha as tentativas desempenhadas pelo Ministério da Educação e pelo Conselho Federal de Educação visando a consolidação da profissionalização obrigatória. Ao final da década de 1970, quando a profissionalização compulsória indicava sua inviabilidade, ocorreu a sucessão presidencial e a conseqüente mudança na titularidade do Ministério da Educação. Cabia ao Ministro da Educação nomear o Diretor Geral do Colégio



Pedro II. A nova Direção escolhida pretendia retomar as antigas tradições da instituição, usando o slogan "O Novo Velho Pedro II". A educação profissionalizante não fazia parte da lista de prioridades da nova Direção do Colégio, e as iniciativas de expansão seriam direcionadas à recuperação do quantitativo de alunos de 5ª a 8ª séries e à implantação do ensino das primeiras séries do 1º grau.

O recorte temporal é relativamente curto, consistindo no registro de pouco mais de dez anos da história de uma instituição com mais de cento e oitenta anos de existência. No entanto, a quantidade de acontecimentos, reestruturações e descontinuidades perceptíveis a partir do estudo da educação profissionalizante no Colégio Pedro II trazem ao debate um grande volume de informações, que demandam explicações detalhadas e análises da conjuntura geral brasileira que influenciavam o Colégio.

Este artigo apresenta alternância entre a apresentação de dados e a análise crítica, de forma que muitas informações colhidas a partir de documentos oficiais do Colégio Pedro II e do Ministério da Educação servirão de comprovação para as hipóteses sugeridas. A comparação dessas informações com o referencial teórico selecionado ajudará a entender objetivos, permanências, rupturas, causas e consequências relacionadas à forma como a educação profissionalizante foi introduzida dentro do Colégio Pedro II, bem como as tentativas de consolidação e posterior descontinuidade da profissionalização obrigatória.

Para a compreensão das iniciativas desenvolvidas em âmbito nacional, pelo Ministério da Educação, e em âmbito institucional pelo Colégio Pedro II, foram utilizados documentos internos de planejamento administrativo, propostas curriculares e materiais pedagógicos de uso interno e de divulgação externa. Sempre levando em consideração o fato de serem documentos governamentais que defendem propostas dos grupos políticos que comandam esses espaços, frisa-se a necessidade de leitura crítica desses documentos, principalmente articulando essa leitura com o estudo das bases teóricas acerca da educação no Brasil e, especialmente, da educação profissionalizante. Muitos documentos elaborados pelo Ministério da Educação em diferentes épocas estão



disponibilizados gratuitamente na internet, dentro da plataforma "Domínio Público". A partir da realização de buscas na referida plataforma, foram encontrados documentos do MEC relacionados à entrada em vigor da Lei nº 5.692/1971, à implantação e descrição das Habilitações Básicas, e a propostas da informática educativa, além de documentos mais recentes relacionados aos Institutos Federais. Entre os documentos relacionados ao Colégio Pedro II, está o "Plano Global de Implantação Progressiva das Habilitações Básicas no Colégio Pedro II", elaborado pelo MEC, servindo nesta pesquisa como fonte de um caso concreto de adaptação de uma instituição de ensino às alterações legislativas apresentadas pela Lei 5.692/1971 e pelos Pareceres do Conselho Federal de Educação.

Detentor de um extenso acervo histórico, o Colégio Pedro II possui um Núcleo de Documentação e Memória (NUDOM), que disponibiliza esse acervo a pesquisadores. O NUDOM foi um importante local de pesquisa para a construção desse trabalho, através da permissão à consulta de diversos documentos originais que registram momentos históricos do Colégio, como minutas de portarias, circulares, regimentos e atas de reuniões. Para alguns aspectos da educação profissionalizante no CPII, os documentos arquivados do NUDOM foram a única fonte encontrada. Essas fontes podem ser chamadas de "oficiais", por constituírem documentos institucionais que, por si só têm grande importância no resgate da história do Colégio e das políticas públicas implementadas em diferentes épocas. Da mesma forma que os documentos publicados pelo Ministério da Educação conseguidos em plataformas como o "Domínio Público", esses documentos arquivados no NUDOM demandam uma análise mais criteriosa, sob o risco de a pesquisa ficar resumida a um "relatório" das atividades realizadas, sem que haja a análise crítica, tão indispensável à ciência histórica. Convém lembrar que muitos documentos arquivados no NUDOM são provenientes do acervo pessoal de antigos professores e alunos do Colégio, consistindo em registros da memória dessas pessoas que, em diferentes momentos, fizeram parte da comunidade escolar.

Uma parte do material arquivado no NUDOM foi digitalizada pelo Laboratório de Digitalização do Acervo Histórico (LADAH) do Colégio Pedro II,



criado em 2006. Alguns documentos digitalizados pelo LADAH foram utilizados nesta pesquisa, principalmente antigos regimentos do Colégio. Além de proporcionar fácil acesso aos documentos históricos, a digitalização também permitiu que esses arquivos disponibilizados pelo LADAH suprissem a necessidade de visitas ao NUDOM enquanto esteve fechado, pois grande parte do período de desenvolvimento dessa pesquisa se deu em meio à pandemia da COVID-19, que tornou obrigatório o isolamento social e manteve o Colégio Pedro II funcionando apenas por atividades remotas a partir do mês de março de 2020. Dentre os documentos arquivados pelo Colégio Pedro II está o acervo do "Facta", espécie de diário oficial publicado mensalmente pela Instituição desde 1970, com tiragem de algumas centenas de exemplares distribuídos nos setores e nos *campi*. O "Facta" registra todas as nomeações, exonerações, movimentações de servidores, portarias, atas de reuniões e outros documentos que podem servir como fontes primárias.

125

Para a construção de uma análise crítica que ajude na compreensão dos objetivos da educação profissionalizante, especialmente dentro do Colégio Pedro II, colaborando na análise das ações implementadas e até mesmo de planejamentos e metas que, apesar de planejados, não se materializam, a bibliografia apresenta autores de referência no estudo da educação profissional, que oferecem contribuições para a análise da educação profissionalizante e das políticas públicas para a educação brasileira, ajudando na compreensão de detalhes que não são inicialmente perceptíveis durante a leitura isolada de legislações, programas e documentos internos.

Sobre a educação profissionalizante no Colégio Pedro II, desde as ações desenvolvidas durante a década de 1970 até a equiparação da instituição aos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica, em 2012, ainda há pouca bibliografia. Um dos objetivos deste trabalho, inclusive, é contribuir na bibliografia sobre esse aspecto da história do Colégio Pedro II que, apesar de ainda ser recente, resultou em muitas alterações estruturais que ainda não mostraram todas as suas possíveis consequências.

Existe uma extensa bibliografia relacionada à aspectos gerais da História do Colégio Pedro II, desde obras produzidas pelo próprio Colégio, como a



"Memória Histórica do Colégio Pedro II, 180 anos de História da Educação no Brasil", elaborada pela equipe do Núcleo de Documentação Histórica do Colégio por ocasião do seu aniversário de 180 anos, até obras escritas por ex-alunos do CPII, como "Colégio Pedro II, Tradição e Modernidade", do jornalista e ex-presidente da Associação Brasileira de Imprensa, Fernando Segismundo Esteves. O ex-Diretor Geral Wilson Choeri também escreveu livros sobre o Colégio. Dentro da grande quantidade de livros dedicados ao Colégio Pedro II, há desde obras historiográficas, de perfil acadêmico, até crônicas e registros de memórias onde o rigor científico na apresentação de nomes, datas e fatos dá lugar ao depoimento baseado nas memórias pessoais, a partir das quais percebe-se a cultura interna do Colégio, a identidade que conduz ao sentimento de pertencimento. Conforme mencionado anteriormente durante a explicação do acervo consultado no NUDOM, muitas fontes consistem em arquivos que pertenciam a antigos professores da Instituição, contendo anotações pessoais, minutas de portarias e registros informais. A análise dessa bibliografia demanda alguns cuidados, pois um mesmo fato presenciado por duas pessoas pode resultar em memórias diferentes por parte de cada um. Se a memória pode falhar ou ser acompanhada de idealizações e diferentes interpretações acerca do fato passado, conceitos que permitem adjetivos abstratos, como "tradição" e "cultura", trazem consigo o risco de equívocos na apresentação de fatos, datas e descrições. Apesar dessas questões, os registros que partem da memória daqueles que viveram os fatos que são objeto desta pesquisa permitem a verificação de diversas características que ajudam a compreender a importância do Colégio Pedro II na História do Brasil.

126

RESULTADOS E DISCUSSÕES

De fato, o êxito na implementação do Ensino Técnico-Profissional vinculava-se ao aumento dos recursos (humanos e materiais) – sem isto, o resultado esperado no Plano Global de Implantação Progressiva das



Habilitações Básicas no Colégio Pedro II provavelmente não seria alcançado (cf. MEC, 1977, p. 17).

Por outro lado, ainda sob a presidência do general Ernesto Geisel, os professores do Colégio Pedro II, representados pela Congregação, reivindicaram investimentos estatais para a realização dos planos governamentais. Assim, estes profissionais explicitaram, com os limites que a época impunha, seu apego a valores pouco caros aos defensores da reforma de 1971 (o “humanismo”, por exemplo), além de demonstrarem preocupação com o “desvirtuamento” e as possíveis implicações que semelhante alteração de rumos poderiam provocar no tradicional educandário nacional:

Retomando a posse do papel, que lhe cabe, de servir de laboratório pedagógico do ensino médio no País, o Colégio Pedro II de certo poderá oferecer ao Ministério da Educação e Cultura – desde que lhe sejam dados os recursos que pleiteia – apreciável colaboração na experiência que ora se pretende realizar. Pois o certo é que, em razão mesma do seu amor à tradição humanística, tem mantido o espírito aberto às mudanças inevitáveis que a evolução da vida social vai impondo, as quais, aliando cultura e técnica em nossos dias a serviço do aperfeiçoamento do Homem, não representam senão um novo tipo de humanismo, assim adaptado às condições dos tempos modernos (...) O importante, porém – e eis o pensamento fundamental da Congregação do Colégio Pedro II – é que não se caminhe para uma hipertrofia da formação técnica em prejuízo da educação geral, o que viria desnaturar a finalidade para a qual foi criada a nossa Instituição (MEC, 1977, p. 24).

127

As primeiras Habilitações Básicas implementadas foram em “Construção Civil”, em “Eletricidade” e em “Eletrônica”, em 1977, e em “Saúde” e em “Mecânica”, em 1978. Nessa fase da implantação, os alunos das seções Norte (atual Campus Engenho Novo II), Sul (atual Campus Humaitá II) e Tijuca (atual Campus Tijuca II) foram consultados. Ao serem perguntados se pretendiam continuar no Colégio Pedro II, a grande maioria dos alunos das seções Sul e Tijuca respondeu que sim, enquanto, dos 641 alunos da Seção Norte, 586 deles não deram certeza se desejavam continuar no CPIL ou sair da Instituição. Ao serem perguntados se desejavam seguir os estudos na Universidade, a grande maioria dos alunos respondeu afirmativamente. Os alunos também puderam optar entre escolher, entre as Habilitações em Construção Civil, Eletricidade e



Eletrônica, como primeira, segunda ou terceira opção (cf. MEC, 1977, pp. 72-74).

O objetivo específico das Habilitações Básicas era “proporcionar condições ambientais para que o educando desenvolva plenamente suas potencialidades” (MEC, 1977, p. 76), de forma que o aluno possa optar por prosseguir seus estudos universitários em graduação condizente com a Habilitação Básica cursada, ingressar no mercado de trabalho ou concluir sua formação técnica em escola que ministre curso específico.

O cronograma de execução da implantação das Habilitações Básicas apresentava a previsão de uma progressiva ampliação de matrículas. Em 1979, 50% dos alunos matriculados na 1ª série do 2º grau deveriam cursar Habilitação Básica; aumentando para 75% dos alunos em 1980, 100% dos alunos da 1ª série em 1981 e 100% dos alunos das três séries do 2º grau em 1983 (MEC, 1977, p. 58).

128

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Colégio Pedro II chegava ao final da década de 1970 em situação de esvaziamento. A reforma educacional de 1971 também incluía a proibição do acesso à 5ª série do 1º grau por prova de admissão, como era comum até então. Dessa forma, o CPIL só recebia novos alunos no 1º ano do 2º grau. As turmas das séries do 1º grau foram se extinguindo à medida que não chegavam novos alunos para formar outras turmas e o corpo discente, que em meados da década de 1960 era a mais de 17.000 alunos matriculados, diminuiu até chegar a cerca de 4.000 alunos, em 1979. Havia a ameaça de transferência para a rede estadual do Rio de Janeiro, onde a centenária instituição seria apenas uma entre tantas escolas a disputarem a insuficiente verba destinada à educação no Estado do Rio.

Em março de 1979, o Ministro da Educação e Cultura, Eduardo Portela substituiu Vandick Londres da Nóbrega (que ocupara o cargo de diretor-geral desde 1967) pelo professor Tito Urbano da Silveira, que tomaria posse em 02 de abril daquele ano e ocuparia a direção-geral até 1989. O desafio era fazer o



Colégio retornar aos seus melhores tempos. Alterações administrativas foram executadas, e na área pedagógica foram trocados diretores das unidades, na época chamadas de Seções, além da realização do Primeiro Encontro Pedagógico de Professores do Colégio Pedro II, entre 30 de julho e 04 de agosto de 1979.

Uma das metas apresentadas no Encontro Pedagógico de 1979 foi o

desenvolvimento de uma Reforma Curricular que tente atenuar as distâncias aparentemente existentes entre o saber e o fazer e o ser e o ter, pelo reconhecimento de que o conceito de educação integral é indissociável da ideia de educação para o trabalho, dando os princípios de terminalidade e continuidade, atendidas as expectativas individuais e sociais preconizadas pela Lei Nº. 5.692/1971 (SANTOS, 2018, p. 103).

A obrigatoriedade do Ensino Profissionalizante se mostrava inviável e pouco efetiva. A Lei 7.044 foi sancionada em outubro de 1982, alterando a 5692/71, de forma a extinguir a obrigação do ensino profissionalizante para os alunos de 2º Grau. As Habilitações Básicas nunca foram implementadas da forma como foi previsto e planejado em 1976.

129

Outras iniciativas de ensino profissionalizante foram planejadas e realizadas nas décadas seguintes. Entretanto, no início da década de 1980, as ações de expansão do Colégio Pedro II foram direcionadas para outra área de ensino: os primeiros anos do 1º grau, com a implantação das unidades para crianças a partir de 6 anos, que logo seriam conhecidas informalmente como “Pedrinhos”.

REFERÊNCIAS

ARAPIRACA, José Oliveira. *A USAID e a educação brasileira: um estudo a partir de uma abordagem crítica do capital humano*. Rio de Janeiro, IESAE/FGV, 1979.

BELTRÃO, Tatiana. *Reforma tornou ensino profissional obrigatório em 1971*. Disponível

em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/03/03/reforma-do-ensino-medio-fracassou-na-ditadura>>. Acesso em 16/04/2019.

COLÉGIO PEDRO II. *Exposição virtual “Memória Histórica do Colégio Pedro II*. Disponível

em: <http://www.cp2.g12.br/images/comunicacao/memoria_historica/index.html#0>. Acesso em 17/04/2019.



CHOERI, Wilson. *O Colégio Pedro II de Ontem, Hoje e Futuro*. Rio de Janeiro. s/ed, 2013.

HAUER, Licia Maciel. *Colégio Pedro II no Período da Ditadura Militar: Subordinação e Resistência*. Dissertação de Mestrado em Educação, UFF, Niterói, 2007. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp040107.pdf>.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Parâmetros Curriculares Nacionais. Ensino Médio*. Parte IV: Ciências Humanas e Suas Tecnologias. Brasília: MEC/SEB, 2000. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/cienciah.pdf>>. Acesso em 17/04/2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Plano Global de Implantação Progressiva das Habilitações Básicas no Colégio Pedro II*. Brasília, MEC, 1977.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley e PRONKO, Marcela Alejandra. *O Mercado do Conhecimento e o Conhecimento para o Mercado: da Formação para o Trabalho Complexo no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro, EPSJV, 2008.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Lei Nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. *Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências*. Acesso em 17/04/2019.

SANTOS, Beatriz Boclin Marques dos (et al). *Memória Histórica do Colégio Pedro II: 180 Anos de História na Educação no Brasil*. Rio de Janeiro, Colégio Pedro II, 2018.

ⁱ Informações sobre os nomes do Colégio Pedro II na passagem do Império para a República podem ser encontradas na exposição virtual “Memória Histórica do Colégio Pedro II”, em <http://www.cp2.g12.br/images/comunicacao/memoria_historica/index.html#0>. Acesso em 17/04/2019.